

Associação dos Docentes da UFF

ADUFF
SSind

Seção Sindical do Andes-SN
Filiado à CSP/Conlutas

www.aduff.org.br

Março de 2019

'PEC de Bolsonaro é o fim da Previdência Social no Brasil'

- ▶ **É o que se afirmou nas manifestações** que reuniram milhares de pessoas em março e que alertaram para a ameaça que paira sobre o direito à aposentadoria de todos os trabalhadores.
- ▶ **Em meio à queda de popularidade de Bolsonaro**, também se avaliou que, com mais gente mobilizada, unidade e construção de uma greve geral que pare o país, é possível barrar a PEC da Previdência.
- ▶ **No mês das lutas das mulheres**, o machismo, a misoginia e o feminicídio foram repudiados e os direitos sociais e humanos, defendidos - exigiu-se justiça para Marielle e Anderson.
- ▶ **A MP 873, que tenta calar os sindicatos** e a oposição à retirada de direitos, também foi alvo dos protestos.
- ▶ **A 'comemoração' ensaiada pelo governo** para o 55º aniversário do golpe que levou à ditadura que censurou, torturou e matou foi rechaçada.

Novas atividades estão convocadas para abril (Veja calendário em www.aduff.org.br).

Páginas 2, 4, 5, 10, 11 e 12



Fotos: Luiz Fernando Nabuco

MEC do 'Escola Sem Partido' ameaça educação pública com corte de verbas, privatização e militarização

Alerta sobre as ameaças à educação foi dado nos debates do encontro preparatório para o III ENE. 'Ajuste fiscal' contra as universidades e a UFF é grave e exige reação, alerta Aduff e Frente Antifascista

Páginas 2 e 3



Docentes da UFF e outras universidades na av. Presidente Vargas, na passeata de 22 de março no Rio (foto maior). O dia foi de atos em mais de 120 cidades do país contra a reforma da Previdência. Novos protestos foram convocados para 17 de abril

EDITORIAL



Luiz Fernando Nabuco

Para enfrentar ataques brutais, construir a mobilização conjunta

Março nos demonstrou que neste ano os ataques serão brutais e precisaremos ter grande capacidade de mobilização. Por isso, na assembleia da Aduff, realizada de forma centralizada e em 18 de março, segundo dia letivo da maioria dos cursos da UFF, as professoras e professores presentes aprovaram estado de assembleia permanente, paralisação no dia 22 de março para participar do ato unificado convocado pelas centrais e um intenso calendário de panfletagem entre a assembleia e o ato.

O Conselho de Representantes, a Comissão de Mobilização criada na referida assembleia e a Diretoria da Aduff-SSind têm se esforçado ao máximo para conversar com toda a categoria sobre o real significado da reforma da Previdência do governo Bolsonaro: o fim da Previdência pública e a insegurança da capitalização.

Contudo, como os ataques não afetam apenas docentes, mas toda a comunidade acadêmica e a sociedade brasileira, é preciso construir lutas unitárias com outros segmentos e entidades. Por isso, a Aduff tem participado ativamente da construção e das atividades promovidas pela Frente Antifascista da UFF e pelo Fórum Sindical, Popular e de Juventudes, por Direitos e Liberdades Democráticas do Rio de Janeiro.

Também nos envolvemos de forma intensa na etapa preparatória do

III Encontro Nacional de Educação (ENE), que ocorreu na UFRJ, e enviaremos delegação para o III ENE, em Brasília. O encontro é organizado pela Conedep (Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita), da qual o Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) participa. O III ENE busca articular e organizar nacionalmente a luta em defesa da educação pública, laica, de qualidade, gratuita



O governo Bolsonaro começa com ataques brutais aos direitos dos trabalhadores, à educação e às universidades públicas. São ataques que não afetam apenas docentes, mas toda a comunidade acadêmica e a sociedade brasileira. É preciso, portanto, reagir e construir lutas unitárias com outros segmentos e entidades



e tendo como referência a busca de justiça social. Terá como tema central: "Por um Projeto Classista e Democrático de Educação".

Neste momento tão grave da história de nossa seção sindical, do Andes-SN e do país, onde membros do governo federal defendem ou minimizam a existência da ditadura civil-militar-empresarial instaurada no Brasil através de golpe em 1964; tentam destruir a Previdência pública; contingenciam o já insuficiente orçamento das universidades e das pesquisas; perseguem professoras e professores e objetivam acabar com os sindicatos através de medida provisória, entre tantos outros ataques, a manutenção de nossos direitos depende da resposta que nós, classe trabalhadora, formos capazes de construir.

A popularidade do governo diminuiu e há evidentes atritos na base de sustentação. Alimentemo-nos das pequenas vitórias que temos obtido a cada dia, como a mobilização das e dos docentes para o ato do dia 22 e a liminar que autorizou a continuidade do pagamento da Aduff através de desconto em folha. Alimentemo-nos, também, de grandes conquistas, como a Medalha Chico Mendes, concedida em 1º de abril pelo Grupo Tortura Nunca Mais-RJ ao Andes-SN pela sua atuação em defesa da educação pública e da democracia, para tanta luta que temos por travar!

ADUFFZAP

21 97276-2018

Docentes da UFF podem se cadastrar no serviço, enviando mensagem para o número (21) 97276-2018. Por meio de listas de transmissão, o docente receberá boletins com informações de interesse da categoria, o que inclui comunicados de atividades e sobre ações jurídicas.



App Aduff

Aduff lançou aplicativo gratuito próprio, desenvolvido especialmente para a seção sindical dos docentes da UFF. O serviço já está em funcionamento e tem acompanhamento da carreira docente, notícias, comunicados, agenda e calendários acadêmicos e chat para falar com a seção sindical.



Escreva para cadastro@aduff.org.br e peça a inclusão do seu endereço eletrônico em nossa mala direta. Receba o Boletim da Aduff por e-mail com notícias e outras informações relevantes.

PLANTÕES JURÍDICOS

Aduff divulga plantões pelo site e Aduffzap

Em Niterói, plantões são às sextas; nas demais cidades, de acordo com demandas encaminhadas via CR

A Aduff oferece aos docentes sindicalizados assessoria jurídica na sede em Niterói e plantões nos campi da UFF nas demais cidades. O plantão jurídico descentralizado foi instituído em 2018. Os advogados Carlos Boechat, Júlio Canello e Gabriela Fenske se revezam nos atendimentos. Os plantões são marcados de acordo com as demandas que chegam ao sindicato pelo Conselho de Representantes. A agenda é divulgada no site da entidade e pelo serviço Aduffzap (21-97276-2018). O atendimento semanal regular na sede, em Niterói, ocorre às sextas-feiras, de 9h às 13h.

Associação dos Docentes da UFF

ADUFF
SSind
Seção Sindical do Andes-SN
Filial à CSP/Conlutas

Março / 2019

Biênio 2018/2020
Gestão: ADUFF Autônoma,
Democrática e de Luta

Presidente: Marina Cavalcanti Tedesco • 1º Vice-Presidente: Waldyr Lins de Castro • 2º Vice-Presidente: Carlos Augusto Aguilar Junior • Secretária-Geral: Adriana Machado Penna • 1º Secretário: Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedrosa • 1º Tesoureiro: Bianca Novaes de Mello • 2º Tesoureiro: Edson Benigno da Motta Barros • Diretoria de Comunicação (Tit): Reginaldo Scheuermann Costa • Diretoria de Comunicação (Supl): Wilma Lucia Rodrigues Pessôa • Diretoria Política Sindical (Tit): Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa • Diretoria Política Sindical (Supl): Claudio Fernandes da Costa • Diretoria Cultural (Tit): Jairo Paes Selles • Diretoria Cultural (Supl): Ana Claudia Cruz da Silva • Diretoria Acadêmica (Tit): Douglas Guimarães Leite • Diretoria Acadêmica (Supl): Jacira Maria Machado de Oliveira

Editor
Hélio L. Filho
Jornalistas
Aline Pereira
Lara Abib

Revisão:
Renake das Neves
Projeto gráfico e diagramação
Gilson Castro

Imprensa
imprensa.aduff@gmail.com
Secretaria
aduff@aduff.org.br

Sítio eletrônico
www.aduff.org.br
Facebook
facebook.com/aduff.ssind

Twitter
twitter.com/aduff_ssind

Impressão
Gráfica O Globo - 10 mil exemplares

Com discurso conservador e privatista, MEC ameaça educação e universidades públicas

Situação, que se agrava na UFF e na educação em geral, foi debatida no evento preparatório para o III ENE, que reafirmou a necessidade urgente da reação conjunta das comunidades acadêmicas em aliança com movimentos sociais, sindicais e a população

A secretária-geral da Aduff, professora Adriana Penna, saúda o início, na UFRJ, do encontro preparatório do III ENE



Luiz Fernando Nabuco

Hélcio Lourenço Filho e Aline Pereira
Da Redação da Aduff

Quem entra no campus da UFF no Gragoatá não deixa de notar o mato alto dos canteiros, que já começa a se destacar na paisagem, após a rescisão do contrato com a empresa terceirizada responsável pela limpeza externa. O problema é apenas um aspecto da grave situação da universidade

diantes dos cortes no orçamento decorrentes da política de 'ajuste fiscal' do governo. A previsão é que ainda em abril o transporte universitário, o Busuff, também pare por conta de outra rescisão, neste caso da empresa dos motoristas. Cerca de 30% dos trabalhadores terceirizados podem ser demitidos, trabalhos de campo estão sendo interrompidos e a previsão de déficit anual da UFF, segundo a Reitoria, é

de R\$ 80 milhões.

Por meio de decretos, o governo tenta inviabilizar concursos, extinguiu mais de 13 mil cargos e funções, 355 dos quais na UFF, que atingem duramente os serviços desenvolvidos pelos técnicos-administrativos, e contingenciou R\$ 5,839 bilhões do orçamento da educação para 2019, cerca de 25% do previsto.

Os ataques às universidades

e à educação pública no Brasil, neste início de governo de extrema-direita presidido por Jair Bolsonaro, foram debatidos, em março, no evento preparatório para o III Encontro Nacional de Educação, que acontecerá de 12 a 14 de abril, na UnB, em Brasília. "A educação tem papel fundamental no processo de formar pessoas críticas, o que faz dos ataques à educação hoje um projeto estratégico", disse a

professora Eblin Farage, secretária-geral do Andes-SN, em uma das mesas de debate, ressaltando que, por trás de muitas pautas morais, há interesses econômicos e de mercado.

A crise e os cortes serão debatidos ainda na assembleia docente descentralizada, convocada pela Aduff para os dias 9 e 10 de abril, com o objetivo de preparar a reação da categoria a estes ataques.

Com ministro do 'Escola Sem Partido', cúpula do MEC tem 15 exonerações em 3 meses

Com um ministro declaradamente adepto do movimento conservador 'Escola Sem Partido', Ricardo Vélez Rodríguez, o Ministério da Educação viveu, nos três primeiros meses de governo, uma sequência de exonerações nos principais cargos de chefia em proporções provavelmente inéditas no órgão. Pela secretaria-executiva, segundo cargo da pasta, já foram quatro os nomeados ou anunciados,

sendo que alguns caíram antes mesmo da posse.

Na última mudança, a pastora Iolene Lima, defensora da Educação por "cosmovisão bíblica", foi demitida, sendo substituída por um oficial militar, Ricardo Machado Vieira, brigadeiro reformado da Aeronáutica. Segundo levantamento do jornal "Estado de São Paulo", já são 15 trocas no primeiro escalão do MEC em menos de 90 dias.

A tensão envolve disputa entre militares, quadros técnicos e nomes ligados ao escritor ultraconservador Olavo de Carvalho – mentor do clã Bolsonaro e responsável pela indicação de Vélez à pasta.

Entre as polêmicas estão o episódio da carta às escolas solicitando filmagem das crianças cantando o Hino Nacional e a difusão do slogan de campanha de Bolsonaro. Outra iniciativa criticada é a consti-

tuição de uma comissão para avaliar as questões do Banco Nacional de Itens do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, alvo de questionamento do Ministério Público Federal.

Para o 2º vice-presidente da Aduff-SSind, professor Carlos Augusto Aguiar Junior, o MEC aplica a ideologia do 'Escola Sem Partido' e quer impor a censura não só no Enem como também nas

escolas e universidades. E vai além nas críticas ao governo: "Existem quase 13 milhões de desempregados; não há perspectiva de crescimento do país – a prévia do Produto Interno Bruto aponta queda de 0,47% e estudiosos apontam que estamos em realidade de Depressão, pois não saímos do nível de estagnação econômica. Como solução, o governo retira direitos e promove o ataque à Educação Pública", diz.

Governo fala em 'digitalizar' cargos vagos e assina decreto que dificulta concursos

Lara Abib
Da Redação da Aduff

O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia Paulo Guedes querem dificultar a abertura de concursos públicos no país com o Decreto 9.739/2019, que revoga regulamentação de 2009 e entra em vigor em 1º de junho. Órgãos públicos terão que apresentar pelo menos 14 informações para justificar a publicação de edital de abertura de concursos.

O ministro da Economia de

Bolsonaro, Paulo Guedes, já declarava, em março, que não pretendia fazer novos concursos para substituir servidores federais aposentados. Em evento na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, disse que "cerca de 40% a 50% do funcionalismo federal irá se aposentar nos próximos anos, e a ideia é não contratar pessoas para repor" e investir na "digitalização".

Repetiu o argumento na viagem aos Estados Unidos. "Se eles se aposentarem, nós vamos

digitalizar e fazer encolher a economia do Estado". Entre as novas exigências está a de que os órgãos comprovem que 'soluções digitais' implementadas não foram suficientes para suprir o déficit de pessoal.

Para o professor do curso de História da UFF Paulo Terra, a medida demonstra a política econômica desse governo de diminuição drástica do Estado. "Todo o discurso de defesa da reforma da Previdência tem sido feito no sentido de argumentar que o funciona-

lismo público é permeado por privilégios", destaca o docente. "A digitalização ainda atende a interesses de grandes empresas de TI, que têm ganhado muito dinheiro ao redor do mundo, o que também mostra esse viés privatista do governo de retirar recursos públicos dos serviços públicos para empresas privadas", ressalta.

De acordo com o professor Victor Leonardo de Araújo, do curso de Economia da UFF, o governo Bolsonaro e seu ministro assumem um princípio

que os economistas chamam de 'contração fiscal expansionista', de que é preciso realizar 'ajuste fiscal' para recuperar a economia, hipótese sem respaldo em experiência histórica recente, afirma.

"A contração fiscal, por definição, contrai a economia ao invés de expandir. A ideia de que você vai fazer uma reforma da Previdência e a economia vai se recuperar não tem nenhum respaldo. O que ela vai provocar é um efeito contrário, de empobrecimento", disse.

‘Todos precisam lutar contra essa reforma, que é o fim da Previdência’

Protestos de março e desencontros do governo mostram que é possível impedir a aprovação da PEC de Bolsonaro, mas é preciso que mobilizações tomem as ruas

Hélcio Lourenço Filho e Aline Pereira
Da Redação da Aduff

É possível deter a reforma que Bolsonaro tenta aprovar e que acaba com a Previdência Social, mas, para isso, as mobilizações precisam crescer e tomar as ruas. De modo geral, essa avaliação predominou entre docentes da UFF que foram ao ato no Centro do Rio no dia 22 de março, primeira data de mobilizações nacionais convocada pelas centrais sindicais após o início da tramitação da PEC-6, a proposta de emenda constitucional que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

“Posso me aposentar amanhã

se quiser, mas acho que essa reforma vai penalizar muita gente e fico assustado como as pessoas estão paradas. Precisamos defender os direitos de todos”, disse Ernani Saraiva, professor de Administração do *campus* da UFF em Macaé, que viajou algumas horas para participar do ato. “Acho que temos que sair às ruas e defender nossos direitos, pelo conjunto dos trabalhadores que não vai conseguir se aposentar, caso a reforma passe”, disse a professora Miriam Abdón, da Matemática da UFF.

Queda de popularidade

Percebe-se mais confiança entre os que já estão nesta luta quanto às reais possibilidades de deter a reforma do governo. Isso ficou evidente nos atos do dia 22, realizados em pelo menos 120 cidades do país, segundo as centrais. Contribuiu para isso a queda na popularidade de Bolsonaro detectada por uma pesquisa do Ibope: em 60 dias de gestão, foram 15 pontos percentuais a me-

nos na aprovação do governo, caindo de 49% para 34%.

Além disso, as dificuldades do Planalto em articular a sua base de apoio no Congresso suscitaram desconfianças sobre a capacidade de obter os 308 votos necessários para aprovar a PEC. O assessor parlamentar Antonio Augusto Queiroz, do Diap, no entanto, recomenda cautela nessa análise. “A dificuldade na articulação é evidente, caso contrário já teriam dados passos mais largos com a reforma. Mas a tentativa de Rodrigo Maia [presidente da Câmara] e Bolsonaro de fecharem um acordo mostra que a agenda da reforma é uma agenda do mercado, está acima de eventuais divergências”, alerta

Atos em 17 de abril e 1º Maio

O movimento contra a chamada ‘Nova Previdência’ de Bolsonaro reúne sindicatos, movimentos sociais, centrais e partidos de esquerda, que preparam um calendário de mobilizações para abril. Ele inclui um abaixo-assinado nacional,

comitês em defesa da Previdência, novos atos no dia 17, data em que o governo quer votar a proposta na CCJ, e a construção de uma greve geral que pare o país contra a PEC-6. Para 1º de maio, costura-se algo inédito: manifestações no dia internacional do trabalhador unificadas com todas as centrais sindicais.

A professora Marina Tedesco, presidente da Aduff-SSind, considerou importante as principais centrais articularem as manifestações como uma trajetória rumo à

greve geral, que avalia ser necessária para deter a reforma. Mas ressaltou que isso não se constrói espontaneamente e as manifestações foram um ponto de partida para conversar com a população, que, acredita, ainda estar muito desinformada. “Essa reforma é o fim da previdência para todos e creio ser possível [derrotá-la] se mantivermos a unidade, se nenhuma central resolver negociar e se construirmos cada vez mais ações e atos de ruas que nos levem à greve geral”, disse Marina.

O que é e por que a defesa da construção de uma greve geral

A proposta de construção de uma greve geral defendida pelo Andes-SN e aprovada no 38º Congresso do Sindicato Nacional, que aconteceu em Belém (PA), no início deste ano, é a realização de um movimento de paralisação nacional amplo, em data acordada entre as principais centrais sindicais do país, que reúna diversas categorias do serviço público e privado, movimentos sociais e estudantes para combater a reforma da Previdência, as privatizações e a Emenda Constitucional 95.



Luiz Fernando Nebuco

Docentes participaram da passeata contra a reforma da Previdência no dia 22 de março na av. Presidente Vargas, no Centro do Rio, primeiro dia de atos nacionais convocados pelas centrais sindicais contra a PEC-6. Mais protestos estão marcados para 17 de abril e 1º de maio

UFF teve paralisação e foi ao ato contra PEC-6

Lara Abib
Da Redação da Aduff

O dia 22 de março foi marcado por diversas manifestações, atos e paralisações em todo o país contra a proposta de reforma da Previdência de Jair Bolsonaro. Na UFF, os docentes deliberaram pela adesão às atividades do 22M e pela paralisação de 24h na data.

Em assembleia que discutiu o assunto,

realizada no dia 19 de março, em Niterói, defenderam a paralisação como uma demonstração de que a categoria vai às ruas lutar em defesa da Previdência pública e em resposta, logo no início do ano letivo, aos inúmeros ataques do governo aos direitos dos trabalhadores e à universidade Pública. Além da paralisação no dia 22, elaboraram uma agenda de atividades, inclusive panfletagens semanais em todo o mês de

abril, para dar seguimento às mobilizações contra a PEC-6.

Na noite do dia 22, os docentes da UFF se somaram a outras categorias e a milhares de pessoas que ocuparam as ruas do Centro do Rio para defender a Previdência pública. As manifestações também contestaram a MP 873, que tenta inviabilizar o funcionamento dos sindicatos e a contribuição voluntária dos sindicalizados às suas entidades.

Aposentadoria despencou no Chile após capitalização, diz cientista político chileno

Modelo chileno é defendido por Paulo Guedes (Economia) e é um dos pontos centrais da PEC da Previdência de Bolsonaro que tramita no Congresso; capitalização faz com que mais de 90% das mulheres recebam aposentadorias ou pensões que equivalem a quase a metade do salário-mínimo



Recredo Galvez, ao falar no evento na Câmara: promessa de paraíso levou as aposentadorias à abaixo do mínimo

Lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência pública, no dia 21 de março, na Câmara, com participação dos movimentos sindicais e sociais

Hélcio Lourenço Filho
Da Redação da Aduff

A promessa era o paraíso, mas foram entregues, quase 40 anos depois, caos e pobreza. É o que afirma o cientista político chileno Recredo Galvez sobre o sistema previdenciário, baseado na capitalização, em vigor em seu país. Galvez foi um dos palestrantes que falou no relançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social Pública, ocorrida em março, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

O Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) e a Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas) participaram do relançamento da frente, que atuou em parceria com os movimentos sindicais e sociais na campanha contra a reforma apresentada em 2017 pelo governo Michel Temer, que não conseguiu aprová-la.

O desastre incontestável em que se transformou a Previdência no Chile interessa muito aos brasileiros. Isto porque o projeto do ministro Paulo Guedes, da Economia, tanto para o setor privado quanto para o público, é espelhado abertamente no aplicado naquele país da

América do Sul. Aliás, o próprio ministro teria participado, na década de 1970, da instituição do sistema de capitalização chileno, imposto aos trabalhadores de lá pela força de um golpe militar e de uma ditadura. “Vivemos, hoje, no nosso país, um caos no sistema de aposentadoria. As aposentadorias que estão sendo pagas no Chile são muito baixas, muitas vezes não chegam sequer a alcançar a metade do salário-mínimo, que já é um salário muito baixo no Chile. Mas tudo começou com uma promessa, e a promessa era que, com a privatização, seria possível ter cerca de 80% do salário [integral] quando a pessoa se aposentasse”, disse.

Recredo Galvez recorda que muitas publicações, à época ou até alguns anos mais tarde, defenderam a capitalização como a poupança que asseguraria o futuro de várias gerações no Chile. “Diziam que as pessoas que se aposentassem no Chile no ano 2020 teriam condições de se aposentar com até 100% do seu salário. A impressão que se tinha é que o processo de capitalização era realmente um paraíso, uma coisa maravilhosa. Mas, depois de 38 anos, o que está sendo pago

de fato a uma pessoa aposentada não tem [nada a ver com paraíso]”, observou.

Segundo ele, cerca de “95% das mulheres que recebem as suas aposentadorias através da AFP (Administradora de Fondos de Pensiones) não chegam sequer a alcançar 55% do salário-mínimo”. No caso dos homens, revela, cerca de 86 em cada 100 não alcançam o salário-mínimo.

“Apesar de todos esses dados, tanto o governo, quanto o Banco Interamericano de Desenvolvimento acreditam que deveremos continuar com esse processo de capitalização e [querem] aumentar a taxa de contribuição de 10 para cerca de 14%”, criticou.

O paraíso prometido pelos militares e empresários naufragou para a quase totalidade dos segurados porque a ren-

tabilidade necessária para alcançá-lo, de cerca de 5%, não se concretizou. Ao contrário, desmoronou diante da crise financeira de 2008. Essa incerteza e insegurança quanto à capitalização é um dos pontos mais ressaltados por pesquisadores não alinhados ao governo ou a grupos empresariais interessados em explorar este mercado.

Trechos da palestra do cientista político Recredo Galvez no relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social Pública:

Se olharmos a nossa população com 60 anos ou mais e com todas as contribuições [sociais] do governo, o número de pobres chega a 4,5% da população. Agora, se tirarmos todas as contribuições do governo e deixarmos apenas as suas fontes de renda mais a aposentadoria, a pobreza entre pessoas com 60 anos ou mais chega a 37,6%. Então, esse Chile [sem pobreza] idealizado e criado, na verdade, depende de uma grande contribuição do Estado para poder se manter. A população percebeu que esse sistema está errado e, por isso, começou uma resistência contra esse sistema [de capitalização da] AFP.

O sistema atual de capitalização no Chile é tão ruim que as pessoas não conseguem sequer chegar ao valor do salário-mínimo. A proposta do governo do Chile é que quando nós chegemos à idade de nos aposentar que continuemos trabalhando. Por isso, é muito importante que a sociedade civil se una para discutir esse tema. Essa proposta que está acontecendo hoje [no Brasil] é que vai criar um risco não somente para os aposentados brasileiros, não somente para os trabalhadores brasileiros, mas pode criar um rombo em toda a América Latina. Por isso, unirmo-nos é mais importante que nunca.

Eleição no CPPD teve disputa de chapas, calendário apertado e promessa de celeridade

Eleição para a comissão que analisa progressão ocorreu em março na UFF

As eleições para a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) parecem passar despercebidas, em geral, para a maioria dos docentes da Universidade Federal Fluminense. Este ano, porém, com a inédita disputa de duas chapas, mais professores participaram e acompanharam o pleito, apesar do exíguo calendário eleitoral.

O pouco destaque dado à eleição chama a atenção quando se observa algumas das funções da CPPD na

universidade: apreciar processos relativos à alteração do regime de trabalho dos professores; avaliação de desempenho para progressão funcional; avaliação dos docentes em estágio probatório com fins à efetivação no cargo; cuidar dos processos de afastamento para capacitação e aperfeiçoamento (pós-graduação).

Na campanha, materiais das duas chapas assumiram o compromisso de dar celeridade aos processos que chegam à CPPD. A moro-

Reitoria e Centro de Artes da UFF em Icaraí, Niterói



Luiz Fernando Nabuco

sidade é a principal reclamação dos docentes com relação à comissão - há professores que se queixam do longo tempo para a análise dos processos e de suposta falta de transparência quanto à equidade de tratamento entre departamentos.

Na UFF, a CPPD é constituída por 14 pessoas, sendo dez professores (e seus respectivos suplentes), que devem contemplar cada uma das áreas: Ciências Exatas e da Terra e Engenharia; Ciências Biológicas e da Saúde;

Ciências Sociais e Aplicadas; Ciências Humanas, Letras, Artes e Comunicação. Os docentes da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) têm direito a dois representantes. Após o pleito, dois integrantes são indicados pelo reitor.

A disputa terminou com o seguinte resultado: Chapa 1 - 731; Chapa 2 - 579; além de 16 votos em branco e 141 nulos. A distância entre o período de inscrição de chapas para a votação foi de apenas sete dias: as inscrições ocor-

reram nos dias 12 e 13 de março e os votos foram recolhidos no dia 20, oito dias úteis após o início do ano letivo na universidade.

O período curto de campanha, a não realização de debates e a impossibilidade de votar em trânsito foram alguns aspectos criticados por docentes na sessão do Conselho Universitário (CUV). A reportagem buscou a opinião da Secretária dos Conselhos Superiores, mas não obteve resposta até esta edição fechar.

Professor 'pesquisado' por PM acusado de matar Marielle recebe apoio após governo tentar exonerá-lo

Pedro Mara teve a vida vasculhada por PM reformado, acusado de ser miliciano, após ataques públicos de Flávio Bolsonaro, defensor do 'Escola Sem Partido'

Aline Pereira
Da Redação da Aduff

Investigações policiais indicaram que Pedro Mara, docente de Sociologia e diretor eleito do Ciep 210 em Belford Roxo, esteve no rol de pessoas que tiveram a vida pesquisada pelo PM reformado Ronnie Lessa, acusado pela Polícia Civil de ser o autor dos disparos que mataram a vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes, em 2018. Ele monitorou a vida do professor em 2017, quando Pedro e Flávio Bolsonaro (à época, deputado federal) divergiram publicamente. O então deputado é autor de projeto no Rio do movimento conservador 'Escola Sem Partido'.

Pedro seguiu o "protocolo de segurança" e deixou o Estado. Mesmo comunicada oficialmente do protocolo pela Comissão de Educação e de Direitos Humanos da As-

sembleia Legislativa (Alerj) e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que acompanham o caso, a Secretaria de Educação (Seeduc) abriu processo para exonerá-lo por faltas.

"Pedro pode ser assassinado, mas estão tratando a sua situação como um abandono de escola qualquer", disse Reginaldo Costa - da Faculdade de Educação da UFF e dirigente da Aduff-SSind. "Isso só comprova a profundidade desse poder criminoso [dos milicianos], que nada tem de paralelo ao Estado. Ele está entranhado aos governos, como forma de disputar territórios, influência política e econômica", completou.

Nas redes sociais, o professor do Ciep 210 criticou a Secretaria de Educação, mas disse não se surpreender. "A Seeduc nunca me quis diretor de escola. Tentaram dar um golpe na eleição antes da

posse, fizeram a maior sindicância da sua história após a denúncia mentirosa do senador Flávio Bolsonaro e hoje aproveitam uma situação de risco de vida para tentar me exonerar", disse, ressaltando que não abandonará essa luta.

Há menos de dois meses, Pedro esteve em noticiário na TV Globo para denunciar o fechamento de turmas na escola que dirige - fato que levou o Secretário de Educação a ter que admitir a existência de 20 mil alunos fora de sala de aula por falta de vagas.

"Eles perseguem quem pensa a Educação a partir dos problemas reais, como a superlotação de sala de aulas, o fechamento de turnos e turmas - ou até de escolas inteiras; se cria um mundo paralelo do outro lado", disse Pedro à reportagem da Aduff.

Família Bolsonaro

Militante no campo da esquerda, Pedro Mara foi perseguido, há dois anos, pelo primogênito de Jair Bolsonaro. Flávio pediu ao Ministério Público (MP) o afastamento do docente, acusando-o de apologia às drogas e doutrinação. Pedro defendeu-se e o processo foi arquivado pela Justiça.

Essa é mais uma das polêmicas envolvendo a família Bolsonaro, cada vez mais associada pelas investigações à milícia no Rio. Ronnie Lessa, o acusado de assassinar Marielle, mora no mesmo condomínio do presidente, na Barra da Tijuca. O filho mais novo de Bolsonaro, Renan, teve um relacionamento com a filha de Ronnie. Flávio Bolsonaro empregou em seu gabinete na Alerj a esposa e a mãe do capitão Adriano Magalhães da Nóbrega (o Gordinho), tido pelo



Pedro Mara/Facebook

O professor Pedro Mara, diretor do Ciep 210

MP como uma das lideranças da facção miliciana "Escritório do Crime".

Solidariedade

Em nota, a direção do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) manifestou solidariedade ao professor e disse que merecem atenção as posições "que traduzem em ações de incentivo ao ódio, à perseguição e à criminalização de lutadore(a)s e em especial aos(as) professo(a)s". A direção da Aduff também se solidariza com Pedro Mara. "A morte da Marielle escancarou os descaminhos de uma política de segurança pública violenta e cruel, que se sustenta sobre o ódio dos conservadores", disse Reginaldo Costa, dirigente da seção sindical dos docentes da UFF.

Aduff divulga balancetes de dezembro de 2018 e janeiro de 2019

A diretoria da Aduff-SSind divulga, nesta edição, os balancetes referentes aos meses de dezembro de 2018 e janeiro de 2019, como parte da política de transparência na gestão da entidade.

Balancete de dezembro de 2018		Balancete de janeiro de 2019	
Contribuição de Associados	358.824,22	Contribuição de Associados	363.717,54
Receita Operacional	358.824,22	Receita Operacional	363.717,54
Receita Financeira	6,35	Receita Financeira	8,20
Resgate/Aplicação	126.017,91	Resgate	0,00
Saldo bancário anterior	16.917,56	Saldo bancário anterior	19.167,96
Devoluções	19.288,88	Devoluções	
Saldo caixinha anterior	884,60	Saldo caixinha anterior	216,28
RECEITAS	521.939,52	RECEITAS	383.109,98
Ordenados	58.575,83	Ordenados	53.070,23
13º Salário	0,00	13º Salário	0,00
INSS	56.742,61	INSS	33.039,66
FGTS	9.334,22	FGTS	6.614,98
Vale-transporte	3.460,40	Vale-transporte	3.237,53
Férias	19.671,55	Férias	0,00
Assistência médica	8.550,85	Assistência médica	6.967,29
Contribuição sindical	58,14	Contribuição sindical	58,14
Uniforme	1.400,83	Uniforme	0,00
Vale-Cultura	1.361,10	Vale-Cultura	667,55
Despesas com pessoal	159.155,53	Despesas com pessoal	103.655,38
Despesas tributárias (IRF, PIS etc.)	19.537,17	Despesas tributárias (IRF, PIS etc.)	12.364,05
Despesas bancárias	812,30	Despesas bancárias	771,70
Honorários advogado	12.500,00	Honorários advogado	12.500,00
Honorários contador	1.927,08	Honorários contador	973,08
Outros Prestadores de Serviços por PF	1.300,00	Outros Prestadores de Serviços por PF	1.300,00
Despesas com veículo	289,71	Despesas com veículo	1.419,61
Despesas de cartório	7,44	Despesas de cartório	0,00
Material de escritório	1.212,40	Material de escritório	1.040,05
Telefone, água, luz, internet	4.691,27	Telefone, água, luz, internet	4.455,83
Imprensa (divulgação, assinaturas, diagramação, jornais, gráficas etc.)	89.732,76	Imprensa (divulgação, assinaturas, diagramação, jornais, gráficas etc.)	48.887,08
Correios	5.017,75	Correios	16.342,95
Material de consumo copa/cozinha	965,41	Material de consumo copa/cozinha	311,99
Desp.com material permanente (imóvel, computadores, ar, telefonia etc.)	8.121,19	Desp.com material permanente (imóvel, computadores, ar, telefonia etc.)	8.466,42
AG descentralizada / Sindicato itinerante	1.690,00	Reuniões e eventos promovidos pela Aduff	137,21
Congresso / Conad, Andes-SN	14.299,74	Participação da Aduff em reuniões da Andes, SPF (diárias, passagens etc.)	0,00
Reuniões e eventos promovidos pela Aduff	786,02	Congresso / Conad, Andes-SN	51.712,53
Participação da Aduff em reuniões da Andes, SPF (diárias, passagens etc.)	35.400,39	Outras Despesas	160.682,50
Festa do Professor	40.686,70	Andes-SN	72.743,51
Outras despesas não classificadas	1.214,79	Fundo Único Andes-SN	5.819,48
Outras Despesas	240.192,12	Doações a entidades e movimentos sociais	5.000,00
Andes-SN	71.764,84	CSP-Conlutas	14.257,73
Fundo Único Andes-SN	5.741,19	Repasse a entidades	97.820,72
Doações a entidades e movimentos sociais	11.635,69	TOTAL GERAL DAS DESPESAS	362.158,60
CSP-Conlutas	14.065,91	Disponibilidades	
Repasse a entidades	103.207,63	Saldo de caixinha	319,28
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	502.555,28	Saldo em Conta Corrente de movimento	20.632,10
Disponibilidades		Saldo aplicado	533.548,09
Saldo de caixinha	216,28	Saldo em Conta Corrente conta Greve	0,00
Saldo em Conta Corrente de movimento	19.167,96	Saldo aplicado	608.296,76
Saldo aplicado	531.166,21	Saldo em Conta Corrente conta FGTS /Obra	0,00
Saldo em Conta Corrente conta Greve	0,00	Saldo aplicado	213.588,21
Saldo aplicado	608.296,76		
Saldo em Conta Corrente conta FGTS /Obra	0,00		
Saldo aplicado	216.999,12		

“Que Mari e Anderson descansem em paz, porque nós não descansaremos”

Em Aula Magna “Eu Sou Porque Nós Somos”, a professora de Direito Constitucional e coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente da PUC/RJ, Thula Pires, ressaltou importância e urgência da luta antirracista no Brasil

Lara Abib
Da Redação da Aduff

A aula foi parte das atividades de luta e luto organizadas para o dia 14 de março, no Rio de Janeiro, data em que a execução da vereadora Marielle Franco (Psol) e do motorista Anderson Gomes completou um ano. Ações similares aconteceram por todo o país e pelo mundo, pedindo respostas para o crime e justiça para Marielle e Anderson.

A atividade, que contou com a presença da mãe, do pai, da filha e da irmã de Marielle, aconteceu nas escadarias da Câmara Municipal do Rio, as mesmas que ela subiu pela última vez no dia 14 de março de 2018 para exercer as atividades de seu primeiro mandato como vereadora. “Eu Sou Porque Nós Somos” foi antecedida pela missa em memória de Marielle e Anderson na Igreja da Candelária e sucedida por festival e ato político em frente ao Teatro Municipal. Leia, abaixo, trecho da Aula Magna “Eu sou Porque Nós Somos”, da professora Thula Pires.

Estamos aqui para bradar nosso luto e a nossa dor junto com os familiares de Marielle e Anderson, com os familiares de Claudia Silva Ferreira, de Benjamin, de Maria Lúcia da Costa, de José Roberto Ribeiro da Silva, de Maria Eduarda, de Marcus Vinícius e todos os demais familiares de vítimas do genocídio negro e indígena. Além da dor, também é nossa a luta que cada familiar de vítima do genocídio do Estado começou a apreender, como forma de permanecer de pé, de honrar os sonhos, os projetos, as expectativas de futuro daqueles e daquelas que foram brutalmente arrancados dos nossos convívios. Essa dor e essa luta têm que ser nossa, porque todos esses crimes representam crimes contra nós. Contra a possibilidade de sermos vidas viáveis, de construirmos relações e instituições responsáveis, são crimes contra a democracia e o



Aula magna na Cinelândia “Eu Sou Porque Nós Somos”, que integrou os ‘21 Dias de Ativismo Contra o Racismo’

Estado de Direito e contra o projeto constitucional que construímos a muitas mãos, em 1987 e 1988. São crimes que mostram o quão frágil são os pactos políticos que fomos capazes de construir, porque [estão] acumpliciados com o racismo, com o sexismo, com a lgbtfofia, com o encarceramento em massa e com todas as formas de hierarquização da vida.

Estamos falando de um crime que aconteceu nas barbas da intervenção federal no Rio, demonstrando não apenas flagrante inconstitucionalidade, como também os dispositivos que sustentam a subjugação da vida ao poder da morte, signo da necropolítica, explicada por Mbembe e entendido por nós, a cada violência vivida. Cada vida perdida representa os limites de uma sociedade forjada na manutenção de privilégio para poucos e na violência permanente sobre a maior parte da sua gente. Esses crimes representam as fraturas expostas do modelo de moer gente preta e indígena sobre o qual se construiu o Brasil e continua dar a tônica de nossas instituições.

Os tiros que executaram Marielle e Anderson há um ano, os pneus que arrastaram Cláudia Ferrreira há cinco anos, as fardas que impediram que a marcha contra a farsa da abolição alcançasse o monumento a Zumbi, em 1988; as togas que condenaram Rafael Braga, contrariando ou impedindo

a constituição de provas periciais; a subnotificação dos assassinatos contra a população transvestigêneres são exemplos dos processos de hierarquização entre humanos e das impossibilidades, ou para alguns a possibilidade, de seguir sendo – que não são exclusivas daqui, não se constituem como eventos isolados e continuam a marcar o que vem pela frente. (...) Mostram que o ódio que mata e se multiplica decorre daqueles que determinam o padrão do humano a partir de si, daqueles que têm o poder de definir as vidas que importam. O ódio que mata vem daqueles que são incapazes de respeitar as pessoas pelo que elas são. Vem dos que clamam por armas, que clamam por morte. (...) Marielle quando dizia “eu sou porque nós somos”, é porque nossos passos vêm de longe. Ela completava ‘Eu sou defensora dos direitos humanos porque nós somos vida. O tema da aula de hoje, ‘Eu Sou Porque Nós Somos’, não é um slogan vazio ou algo que possa ser usado como escudo para justificar a covardia dos que se omitem. Até hoje não sabemos como foram extraviadas as armas de uso exclusivo e munição usadas em sua execução. Não sabemos o que impediu a atuação coordenada entre polícia civil, federal e ministério público na elucidação desse crime. Não sabemos como e quem desligou, nas vésperas do crime, as câmeras de segurança que alimentam o Centro

Integrado de Comando e Controle, que cobriria o local onde aconteceu o assassinato. Não sabemos como foram apuradas as denúncias de negligência e tentativa de interferência indevida em conformidade do processo investigativo. Não sabemos quem mandou matar Marielle e Anderson.

Marielle é grande não porque foi inventada por nós para dar sentido à árdua luta que temos pela frente. Ela é grande porque está em nós, assim como Tereza de Benguela, Aqualtune, Apotirene, Dandara, Esperança Garcia, Luísa Mahin, Maria Filipa, Tia Ciata, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Luíza Bairros, Iá Beata de Iemanjá, Iá Estela de Oxóssi, Simone Diniz, Rafaela Santos, Luana Barbosa. Por isso, Marielle semeou. Semeou porque viveu tudo pelo que lutou. Sem meio termo, sem slogan, com verdade e muita coragem, assumindo todos os riscos que precisamos assumir para bradar em ‘pretoguês’ por nossa felicidade. Que sejamos capazes de honrar essa linhagem e que tenhamos a coragem necessária para seguir sendo o que somos. Que Mari e Anderson descansem em paz, porque nós não descansaremos enquanto não tivermos todas as respostas para todas as perguntas que foram levantadas por dona Marinete. Não descansaremos enquanto nossas vidas forem consideradas descartáveis. Não seremos interrompidas!

Ao denunciar impacto sobre mulheres, 8M volta a protagonizar luta contra PEC da Previdência



Fotos Vanessa Ataliba

Como ocorre nos últimos anos, movimento 8M faz do Dia das Mulheres um marco mundial da luta em defesa dos direitos sociais

Mar de gente protesta na Cinelândia pela vida das mulheres e por direitos para todos

Aline Pereira
Da Redação da Aduff

“**M**ais uma vez, a reforma da Previdência está sendo colocada [pelo governo] e as mulheres mostraram novamente a força, principalmente porque essa reforma incide demasiadamente sobre a vida delas”, disse Bianca Novaes, docente da UFF em Volta Redonda e diretora da Aduff, ao participar do ato 8M, no Centro do Rio de Janeiro. A marcha contou com milhares de pessoas que saíram da Candelária em direção à Cinelândia. Entre elas, estavam professoras e professores da Universidade Federal Fluminense.

O mote do protesto deste ano no Brasil, com atos e passeatas de norte a sul do país, foi: “Pela vida das mulheres, justiça por Marielle. Por democracia e direitos. Somos contra Bolsonaro e a Reforma da Previdência”.

De acordo com Bianca, a reforma da previdência levada pelo governo Bolsonaro ao Legislativo é extremamente prejudicial à população. Entretanto, as mulheres tendem a ser ainda mais penalizadas, caso as novas regras para a Previdência Social sejam aprovadas.

“Tem um relatório do Dieese sobre o impacto dessa reforma da previdência sobre a vida das mulheres, que é super detalhado e assustador. E vem demonstrar mais uma vez o quanto que a luta das mulheres é inseparável da luta pelos direitos, sobretudo pelos



Placa de Marielle na Cinelândia

direitos trabalhistas”, disse a docente.

Pesquisadora experiente no assunto, a professora Sara Granemann, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirma que a reforma previdenciária do governo Bolsonaro é a pior proposta para classe trabalhadora nesta área da história do país. Na prática, pode inviabilizar a aposentadoria de milhões de pessoas. Neste contexto, as perdas são sensivelmente maiores para as mulheres, afirma. Ela também destaca que são as mulheres negras e as do campo as mais prejudicadas.

A opinião é compartilhada por Luciene Lacerda, psicóloga e pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e uma das orga-



nizadoras do movimento 21 Dias de Ativismo Contra o Racismo, que ocorreu de 7 a 27 de março. Ela explica que isso se dá porque o momento também é de retirada de direitos, de precarização do trabalho e de medidas como o fechamento de escolas noturnas, que afeta muito as mulheres negras e quem começa a trabalhar mais cedo. “O aumento de idade, os anos a mais exigidos, vão fazer com que a gente morra antes de completar [as exigências] para aposentadoria”, disse.

Contra todas as formas de opressões

No Dia Internacional da Mulher, as ruas também clamavam pelo fim das diferentes formas de violência de gênero – cotidianamente veiculadas pelos jornais. “O Brasil é um dos países mais violentos do mundo para as mulheres, cuja barbárie cotidiana materializa-se através de violências psicológicas, agressões brutais, encarceramento legal e cárcere privado, estupros e feminicídios. Só este ano, já assistimos, com horror, mais de cem casos noticiados”, disse Kênia Miranda, da Faculdade da Educação da UFF. “8 de março é dia de

luta, para dar visibilidade às pautas que enfrentam a opressão de gênero, o racismo, a homofobia, as relações sociais machistas e capitalistas”, ressalta a docente.

Kênia Miranda lembra que, poucos dias antes do 8M, um policial militar de São Paulo, no exercício de suas funções, afirmou não “ter cerimônia em quebrar a cara de mulher”. Segundo a docente, a violência contra a mulher não cessa de acontecer em espaços públicos, privados e institucionais. “Forças da repressão estatal têm sido estimuladas à violência de várias ordens”, avalia, numa referência evidente aos governos federal e estadual.

De acordo com a professora, é preciso lembrar o Manifesto Internacional Feminista, que convoca para a construção de um instrumento internacional de organização que vá além das greves e mobilizações convocadas para 8 de março para enfrentar, com uma pauta classista, a crise mundial que se volta para a retirada de direitos. “Tem crescido o sentido anticapitalista e a busca de solidariedade entre as diversas lutas em vários países”, complementa Kênia.

NOTAS DA ADUFF

Aduff cobra cumprimento da liminar da insalubridade

A assessoria Jurídica da Aduff informou ao juiz da 4ª Vara Federal de Niterói, William Douglas Resinente dos Santos, que o pagamento dos adicionais de ocupação não foram reinseridos na folha de março dos docentes da UFF, como determina decisão judicial provisória. A comunicação foi feita assim que as prévias dos contracheques revelaram a ausência da rubrica e pede que seja estipulada multa de R\$ 50 mil por dia de atraso no cumprimento da decisão. A petição ainda aguarda despacho do juiz.

Decisão

A Aduff obteve decisão liminar que determina que o Governo Federal e a UFF assegurem o pagamento dos adicionais ocupacionais que vinham sendo recebidos regularmente pelos docentes até dezembro de 2018. Em fevereiro, o reitor Antonio Claudio da Nobrega disse a dirigentes da Aduff que estava cumprindo a decisão liminar. Posteriormente, comunicado da Reitoria alegava que o pagamento não havia sido retomado por depender de uma autorização do Ministério da Economia. A direção da Aduff e a assessoria Jurídica seguirão acompanhando o caso e atuando para que a decisão judicial seja respeitada.

Base de Alcântara e a soberania



Os resultados da visita do presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos, com as concessões firmadas em acordos duvidosos com o presidente Donald Trump, ainda devem ser objetos de disputa e pressões no Brasil. Entre elas, o fim da exigência de visto de entrada para estadunidenses, sem a contrapartida para brasileiros, foi contestada por parlamentares da oposição no Congresso Nacional, que prometem tentar reverter a medida. Outro ponto mais grave, a concessão da Base de Alcântara, no Maranhão, para ser utilizada por militares dos EUA, também precisa passar pelo Congresso. A Base de Alcântara foi objeto de uma campanha popular vitoriosa, na segunda metade da década de 1990, contrária a sua entrega para o governo dos Estados Unidos por ser um risco para a soberania nacional.

21 Dias Contra o Racismo

As fotos abaixo são do ato do movimento '21 Dias de Ativismo Contra o Racismo' realizado no Largo de São Francisco da Prainha, na Praça Mauá, no dia 21 de março - data internacional de combate à discriminação racial. "A campanha dura 21 dias de março e começou em 2017, quando tivemos 102 atividades. Este ano [foram] mais

de 200 atividades, inclusive na Espanha, Alemanha e em outros estados do Brasil", relata a psicóloga da UFRJ Luciene Lacerda, uma das idealizadoras do movimento. A professora da UFF Sonia Lúcio, ex-presidente da Aduff, participou e destaca a importância da iniciativa em tempos de retrocessos como os atuais.



Força bruta...

Gabriel Pimentel, um jovem de 29 anos, foi preso, no dia 29 de março, dentro da escola em que leciona História, em Uberlândia (MG). Motivo? Interceder em prol de estudantes revistados durante uma batida policial na porta do colégio - procedimento comum nas periferias.

...contra alunos e professor

Segundo relatos, a escola foi invadida pela força policial, que ignorou as tentativas de diálogo com a comunidade escolar, usou de violência, inclusive lançando spray de pimenta. Gabriel foi solto apenas no dia 1º de abril, por decisão judicial, mas ainda responderá a processo sob acusação de desacato e desobediência. A ação 'truculenta e desproporcional' da PM na escola foi repudiada pelo sindicato dos profissionais da educação em Uberlândia e por diversas outras entidades civis.

Reforma da Previdência

Cartilha da Aduff explica o impacto da PEC da Previdência sobre os servidores

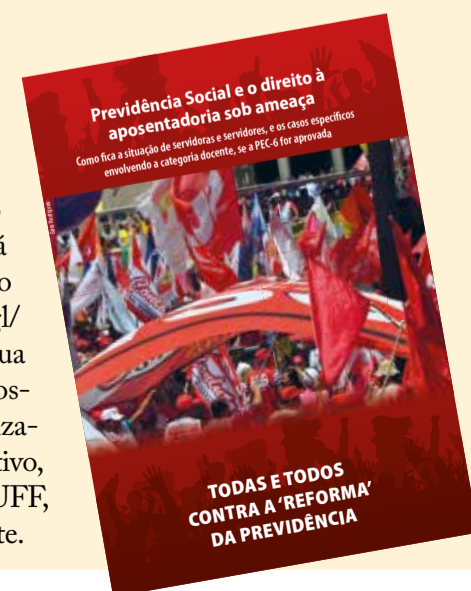
Lançada no início de março pela Aduff-SSind, a cartilha contém um resumo das informações sobre o que acontece com servidores e servidoras que estão na ativa e com quem já se aposentou, caso a PEC-6 seja aprovada no Congresso Nacional, e os casos específicos envolvendo a categoria docente. O documento explica as mudanças nas regras gerais para a aposentadoria propostas pela PEC-6, as regras de transição e o sistema de alíquotas

de contribuição previdenciária. Elaborado com o auxílio da assessoria jurídica do sindicato, o documento também é um alerta da necessidade de mobilização para barrar a PEC-6 da Reforma da Previdência.

Onde encontrá-la

A publicação faz parte das mobilizações da campanha que tenta impedir a destruição da Previdência Pública no Brasil, mostrando os prejuízos para trabalhadores

e trabalhadoras da Educação e evidenciando a perda de direitos, caso a PEC seja aprovada. A cartilha está disponível em formato eletrônico no site da Aduff-SSind (<https://goo.gl/KW5Bpm>) e na sede do sindicato (Rua Prof. Lara Vilela, 110, São Domingos-Niterói). Ela foi enviada aos sindicalizados pelos Correios, no início do ano letivo, e está sendo distribuída nos *campi* da UFF, em atividades de mobilização docente.



Em noite de repúdio ao golpe de 64, Andes-SN recebe a Medalha Chico Mendes

Cerimônia aconteceu na noite do dia 1º de abril, data em que o golpe que levou o país a 21 anos de ditadura completou 55 anos; coordenado pelo grupo Tortura Nunca Mais, evento teve tributo especial in memoriam a Marielle Franco



Familiares de Marielle Franco na homenagem especial à vereadora do PSOL assassinada em março de 2018

Docentes da UFF e de outras universidades participaram da cerimônia na Uerj; a direção da Aduff esteve presente



O presidente do Andes-SN, Antônio Gonçalves Filho, recebeu a medalha das mãos da professora Déborah Fontenelle

Fotos: Luiz Fernando Nabuco



Lara Abib
Da Redação da Aduff

Realizada todo 1º abril ou em data próxima, com a intenção de relembrar as atrocidades da ditadura empresarial-militar iniciada em 1964, a Medalha foi instituída pelo Grupo Tortura Nunca Mais-RJ, em 1989, para homenagear pessoas, movimentos sociais e entidades que se destacam nas lutas de resistência popular, contra a repressão e todas as formas de violência institucionalizada, na defesa dos Direitos Humanos e dos povos.

Condecorado pela grande contribuição à luta pela liberdade, pelos direitos humanos e pela educação, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) foi representado pelo professor Antônio Gonçalves Filho, atual presidente da entidade, que recebeu a medalha das mãos da vice-presidente da Associação dos Docentes da Uerj (Asduerj), Déborah Fontenelle.

“É uma alegria como Sindicato Nacional e representando a nossa categoria docente agradecer esse reconheci-

mento na 31ª Medalha Chico Mendes. É um momento muito importante de nós nos reconhecermos, quem está lutando e resistindo, defendendo uma sociedade mais justa, igualitária, uma sociedade em que homens e mulheres possam viver de forma emancipada e livre. É nessa construção que o Andes se empenha há muitos anos e fica muito feliz de constar no hall daqueles e daquelas reconhecidos como um campo de resistência, numa luta tão necessária e numa conjuntura tão desfavorável para a classe trabalhadora”, destacou o docente.

Mais homenagens

Na cerimônia, foram homenageadas também Pajé Lidia, Maria Regina Lobo Figueiredo (in memoriam), Mãe Beata de Iemanjá (in memoriam), Lúcia Xavier, Quilombo Santa Rita do Bracuí, Resistentes do MST, Elmo Corrêa (in memoriam), José Sales Pimenta (in memoriam) e Marielle Franco (in memoriam) – última homenageada da noite.

“Em nome da nossa família que está completa aqui

hoje, a gente quer agradecer a homenagem que sempre nos acalenta muito. Ver cada movimento que passou por aqui, cada homenagem que teve, eu sou suspeita para falar, nos fortalece. A família da Marielle passa por muitas coisas que poucas pessoas sabem, mas a gente segue firme. Como mulher negra favelada a gente também acredita numa política de afeto e de amor, sem racismo e todo tipo de intolerância. Gosto muito de falar uma coisa que Marielle me ensinou. ‘A gente nunca sabe como nós somos fortes até a nossa única opção é ser forte’. Hoje essa é a minha opção e a opção da nossa família. Queria dizer que esse crime serviu pra acordar vários gigantes, a começar por mim”, ressaltou Aniele Franco, ao receber a medalha em homenagem à irmã.

Também presente na cerimônia, a secretária-geral do Andes-SN e professora da UFF, Eblin Farage se emocionou com o evento. “No dia em que se recorda 55 anos da ditadura civil-militar no Brasil e em um contexto de incentivo ao ódio e à criminalização das lutas e

dos lutadores sociais, ver o Andes-SN sendo homenageado e reconhecido por sua luta em defesa da educação pública e das liberdades democráticas, ao lado de tantos lutadores, é motivo de orgulho. A linda cerimônia or-

ganizada pelo Grupo Tortura Nunca Mais foi um momento de restabelecer as forças e reafirmar de que lado da história estamos”, disse. Docentes da UFF, incluindo dirigentes da Aduff, estiveram presentes ao evento.



Muita gente compareceu à atividade promovida pelo Grupo Tortura Nunca Mais na Uerj

Manifestações por todo o país ‘descomemoram’ e refutam horrores da ditadura que Bolsonaro tenta negar

Preto foi a cor predominante no ato que reuniu cerca de duas mil pessoas na Cinelândia, no Centro do Rio, no dia 31 de março de 2019. ‘Ditadura nunca mais’, a frase mais citada na manifestação, que repudiou o golpe de 1964, que completa 55 anos, e que o presidente Jair Bolsonaro tentou ‘comemorar’. Nas falas de muitos dos oradores do ato, entre militantes sociais, partidários e parlamentares, a posição do governo favorável à ditadura e a tentativa de cerceamento das liberdades democráticas foram associados a projetos que eliminam direitos sociais e trabalhistas, como a reforma da Previdência Social.

Bolsonaro ataca sindicatos em meio à tramitação da PEC da Previdência

Sindicatos buscam derrubar Medida Provisória 873, que tenta inviabilizar a contribuição voluntária de trabalhadores para suas entidades sindicais



Docentes no ato no Centro do Rio contra a PEC-6 no dia 22 de março

Hélcio Lourenço Filho
Da Redação da Aduff

Há 30 anos os servidores contribuem voluntariamente com suas entidades sindicais por meio do desconto da mensalidade na folha de pagamento. Algo previsto em lei e em decreto e está evidente na Constituição Federal, no seu 8º artigo.

A Medida Provisória 873 põe fim a isso de uma hora para outra. Quatro meses após ameaçar acabar com o ativismo e o sindicalismo no Brasil, ao fazer uma transmissão ao vivo pela internet na campanha eleitoral, o agora presidente Jair Bolsonaro publicou a MP e decretos que impedem a consignação em folha para sindicatos em todas as áreas, públicas e privadas. A medida foi assinada no Carnaval, nove dias após o envio de uma proposta de emenda constitucional apontada, por opositores a ela, como o fim de outro direito da classe trabalhadora: a Previdência Social pública no Brasil.

É difícil falar em coincidência. “O que o governo fez foi atacar as entidades sindicais

e sua autonomia financeira. Não se trata do [extinto] imposto sindical, que nós, no Andes, jamais cobramos, ou de nenhum desconto obrigatório. Mas da mensalidade que o professor de forma [voluntária] e militante decide contribuir para o seu sindicato”, disse a professora Eblin Farage, secretária-geral do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN), durante a etapa estadual no Rio do III Encontro Nacional da Educação, ao relacionar a medida à PEC-6 e à tentativa de enfraquecer quem se opõe à retirada de direitos.

Ações

A medida provisória ameaça a existência da Aduff-SSind e de todas as entidades sindicais do país ao restringir o direito do trabalhador contribuir para a sua entidade sindical a boletos bancários de papel ou similar eletrônico, o que tende a levar a forte quebra nas receitas.

Na liminar obtida pela Aduff na Justiça Federal, o juiz aponta a inconstitucionalidade e ainda observa a

falta de razoabilidade na MP. “Mostra-se desarrazoado impor-se à associação a necessidade de se aparelhar, para em poucos dias, iniciar cobrança de mensalidades pela custosa e problemática via do ‘boleto bancário’, gerando lacuna na arrecadação em prejuízo à classe de trabalhadores cujos direitos são por ela tutelados”, assinalou o juiz William Douglas Resinente dos Santos, da 4ª Vara Federal de Niterói.

No Supremo Tribunal Federal, o ministro Luiz Fux, relator da ação direta de inconstitucionalidade movida pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), remeteu a matéria ao Plenário, para que o colegiado decida sobre a liminar e o mérito da questão.

Na decisão, Fux menciona a Lei federal 9.868/1999 para delegar a decisão aos 11 ministros da Corte. Alega a alta relevância do assunto e sugere que seja analisado de imediato o mérito da ação, possibilidade prevista na referida lei. Não há, no entanto, previsão de quando isso ocorrerá.

Diante de MP 873, docentes da UFF aprovaram medidas de precaução em assembleia da categoria

Diante de tantos ataques, só o engajamento de docentes manterá sindicato, diz presidente da Aduff

Lara Abil
Da Redação da Aduff

Os professores presentes na principal instância deliberativa do movimento docente da UFF aprovaram, em assembleia realizada em Niterói, no dia 19 de março, estado de assembleia permanente e, caso necessário, autorizaram a diretoria da Aduff-SSind a fazer uso do Fundo de Greve.

Ambas as medidas são precauções diante da MP 873. Embora a seção sindical tenha conseguido liminar na Justiça para assegurar a manutenção do desconto volun-

tário em folha, providências para diversificar as formas de recolhimento mensal estão sendo tomadas pela Aduff, também por precaução. Em breve, a diretoria do sindicato enviará, pelos Correios, uma carta aos docentes.

“Só o engajamento de sindicalizadas e sindicalizados permitirá que a Aduff continue existindo em momentos de tantos ataques. Estamos participando ativamente das discussões tanto jurídicas quanto políticas no Andes sobre como resistir aos ataques do MP 873”, destaca a presidente da Aduff, Marina Tedesco.



Assembleia geral centralizada da Aduff em março, no campus Gragoatá, em Niterói

Fotos: Luiz Fernando Nabuco

Centrais discutem com Maia alternativa à MP que tenta inviabilizar sindicatos

Representantes de centrais e confederações de trabalhadores obtiveram do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o compromisso de atuar por um acordo, com base em um texto alternativo, que reveja a proibição de consignação em folha para sindicatos prevista na Medida Provisória 873.

O texto será levado a outra reunião no dia 16 de abril, quando se definirá o que fazer: defender a votação tendo como base o novo teor ou trabalhar para a MP caducar, o que ocorre após 120 dias sem ser apreciada.

Representante da CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular) na reunião, o servidor Paulo Barela considerou bom o resultado da negociação. “A proposta de modificação é positiva, mas disse na reunião que [é preciso ter cuidado] para que não seja colocado nada no novo texto que ainda signifique uma interferência do Estado na autonomia e na livre organização sindical”, relatou à reportagem, ressaltando que nada está assegurado e que a mobilização precisa continuar. (HLF)